



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Março/2012

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário

Especialidade Comissário de Justiça da Infância, da Juventude e do Idoso

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'CM', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

**Objetiva de Conhecimentos Teóricos
Discursiva - Estudo de Caso**

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva - Estudo de Caso.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever o Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Estudo de Caso (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva - Estudo de Caso.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



GRUPO I

CONHECIMENTOS TEÓRICOS

Português

Atenção: As questões de números 1 a 4 referem-se ao texto abaixo.

Receita de casa

Juro que entendo alguma coisa de arquitetura urbana, embora alguns pobres arquitetos profissionais achem que não.

Assim vos direi que a primeira coisa a respeito de uma casa é que ela deve ter um porão, um bom porão com entrada pela frente e saída pelos fundos. Esse porão deve ser habitável porém inabitado; e ter alguns quartos sem iluminação alguma, onde se devem amontoar móveis antigos, quebrados, objetos desprezados e baús esquecidos. Deve ser o cemitério das coisas. Ali, sob os pés da família, como se fosse no subconsciente dos vivos, jazerão os leques, as cadeiras, as fantasias do carnaval do ano de 1920, as gravatas manchadas, os sapatos que outrora andaram em caminhos longe.

(Adaptado de Rubem Braga, **Casa dos Braga – Memórias de infância**)

1. Depreende-se do texto que, para o autor, o porão é o espaço de uma casa

- (A) destinado ao despejo de coisas inúteis, inexpressivas e sem vida, que nenhum membro da família vê sentido em preservar.
- (B) caracterizado tanto pelo aspecto sombrio como pelos mais variados vestígios de um tempo morto, ali acumulados.
- (C) reservado às vivas lembranças de uma época mais feliz, que a família faz absoluta questão de não esquecer.
- (D) resguardado de qualquer vestígio do presente que possa macular a história solene dos antepassados, ali recolhida e administrada.
- (E) esvaziado de sentido, tanto pelo fato de não ser funcional como por parecer um desses museus que a ninguém mais interessa visitar.

2. O porão, ao ser caracterizado pelo autor, reveste-se de qualidades tais que o aproximam da condição humana, tal como sugerem os elementos

- (A) *arquitetura urbana e um bom porão.*
- (B) *deve ser habitável e ter alguns quartos.*
- (C) *o cemitério das coisas e no subconsciente dos vivos.*
- (D) *sem iluminação e onde se devem amontoar móveis antigos.*
- (E) *sob os pés da família e entrada pela frente e saída pelos fundos.*

3. Está plenamente correta a pontuação do seguinte período:

- (A) Confessando não sem ironia, que entende de arquitetura, o cronista Rubem Braga, mestre do gênero propõe uma receita de casa, em que o porão, área frequentemente desprezada, ganha ares de profundidade e mistério.
- (B) Confessando, não sem ironia, que entende de arquitetura o cronista, Rubem Braga, mestre do gênero, propõe uma receita de casa, em que, o porão, área frequentemente desprezada, ganha ares de profundidade e mistério.
- (C) Confessando não sem ironia que entende de arquitetura, o cronista Rubem Braga, mestre do gênero, propõe: uma receita de casa em que, o porão área frequentemente desprezada, ganha ares de profundidade, e mistério.
- (D) Confessando, não sem ironia que, entende de arquitetura, o cronista Rubem Braga – mestre do gênero – propõe uma receita, de casa, em que o porão (área frequentemente desprezada), ganha ares de profundidade e mistério.
- (E) Confessando, não sem ironia, que entende de arquitetura, o cronista Rubem Braga, mestre do gênero, propõe uma receita de casa em que o porão, área frequentemente desprezada, ganha ares de profundidade e mistério.

4. A frase em que **ambos** os elementos sublinhados são complementos verbais é:

- (A) Assim vos confesso que entendo de arquitetura, apesar das muitas opiniões em contrário.
- (B) Ninguém se impressiona tanto com um velho porão como este velho cronista, leitor amigo.
- (C) O porão deverá jazer sob os pés da família como jazem os cadáveres num cemitério.
- (D) Que atração exercem sobre o cronista as gravatas manchadas, quando desce a um porão...
- (E) Já não se fazem porões, hoje em dia, já não há qualquer mistério ou evocação mágica numa casa moderna.



Atenção: As questões de números 5 a 9 referem-se ao texto abaixo.

E, subitamente, é a era do Automóvel. O monstro transformador irrompeu, bufando, por entre os descombros da cidade velha, e como nas mágicas e na natureza, aspérrima educadora, tudo transformou com aparências novas e novas aspirações. Quando os meus olhos se abriram para as agruras e também para os prazeres da vida, a cidade, toda estreita e toda de mau piso, eriçava o pedregulho contra o animal de lenda, que acabava de ser inventado em França. Só pelas ruas esguias dois pequenos e lamentáveis corredores tinham tido a ousadia de aparecer. Um, o primeiro, de Patrocínio, quando chegou, foi motivo de escandalosa atenção. Gente de guarda-chuva debaixo do braço parava estarelecida como se tivesse visto um bicho de Marte ou um aparelho de morte imediata. Oito dias depois, o jornalista e alguns amigos, acreditando voar com três quilômetros por hora, rebentavam a máquina de encontro às árvores da rua da Passagem. O outro, tão lento e parado que mais parecia uma tartaruga bulhenta, deitava tanta fumaça que, ao vê-lo passar, várias damas sufocavam. A imprensa, arauto do progresso, e a elegância, modelo do esnobismo, eram os precursores da era automobilística. Mas ninguém adivinhava essa era. Quem poderia pensar na futura influência do Automóvel diante da máquina quebrada de Patrocínio? Quem imaginaria velocidades enormes na corriola dificultosa que o conde Guerra Duval cedia aos clubes infantis como um brinco idêntico aos baloiços e aos pôneis mansos? Ninguém! Absolutamente ninguém. [...]

Para que a era se firmasse fora preciso a transfiguração da cidade. [...] Ruas arrasaram-se, avenidas surgiram, os impostos aduaneiros caíram, e triunfal e desabrido o automóvel entrou, arrastando desvairadamente uma catadupa de automóveis. Agora, nós vivemos positivamente nos momentos do automóvel, em que o chofer é rei, é soberano, é tirano.

(João do Rio. A era do automóvel. **Crônicas**. São Paulo: Companhia das Letras. 2005. p. 17-18)

5. A afirmativa correta é:

- (A) A crônica aborda transformações decorrentes da chegada do automóvel às ruas do Rio de Janeiro.
- (B) João do Rio mostra uma cidade multifacetada, dividida entre poderosos e humildes.
- (C) A elegância dos hábitos da sociedade carioca da época é destaque no desenvolvimento do texto.
- (D) O cronista se desencanta com as ruas malcuidadas da cidade, que impedem a circulação de veículos.
- (E) A crônica é uma reportagem sobre os perigos do tráfego de automóveis nas ruas do Rio.

6. É correto perceber na crônica de João do Rio

- (A) ceticismo quanto ao poder de uma nova invenção e à sua eventual influência no futuro da cidade, des-preparada para tais novidades.
- (B) crença na possível destruição de valores sociais decorrente da busca irrefreável pelo progresso e do orgulho pessoal trazido pela posse do automóvel.
- (C) entusiasmo pelas medidas que deveriam ser tomadas no sentido de preparar uma cidade antiga para a modernidade representada pelo automóvel.
- (D) censura à inadequação do comportamento de alguns proprietários de automóveis que ostentavam seu poder em uma época de austeridade.
- (E) viés irônico em algumas observações a respeito do incipiente poder e da inimaginável influência do automóvel nos rumos da cidade.

7. Com as questões apresentadas no final do 1º parágrafo do texto, o autor

- (A) expõe o seu descrédito ao relatar as consequências do uso de automóveis em ruas não pavimentadas para o tráfego desses veículos.
- (B) pressupõe posicionamento contrário ao domínio do automóvel nas ruas do Rio, dadas as consequências desastrosas provocadas pelos primeiros veículos.
- (C) alude à impossibilidade, naquele momento, de prever as mudanças que ocorreriam no Rio de Janeiro, incluindo soluções urbanísticas.
- (D) conclui que tais acontecimentos não seriam tão inesperados e surpreendentes em uma cidade não mais caracterizada por um modelo antigo de vida.
- (E) deixa evidente que o Rio de Janeiro daquela época não comportaria a presença dos automóveis em suas ruas estreitas e cheias de pedregulhos.

8. Considerando-se o contexto, há noção de consequência no segmento:

- (A) ... como nas mágicas e na natureza ...
- (B) ... a cidade (...) eriçava o pedregulho contra o animal de lenda ...
- (C) ... que acabava de ser inventado em França.
- (D) ... várias damas sufocavam.
- (E) Mas ninguém adivinhava essa era.



9. Considere as afirmativas feitas a seguir. Está INCORRETO o que consta em:

(A) O adjetivo **áspero** está flexionado no grau superlativo, em sua forma sintética: aspérrima educadora.

(B) *A imprensa, arauto do progresso, e a elegância, modelo do esnobismo...*

Os segmentos grifados se classificam sintaticamente como complementos nominais das expressões a que se referem.

(C) *... que acabava de ser inventado em França.*

Ruas arrasaram-se...

As formas verbais grifadas são exemplo de voz passiva.

(D) *Ninguém! Absolutamente ninguém.*

O ponto de exclamação denota ênfase do autor.

(E) *Para que a era se firmasse fora preciso a transfiguração da cidade.*

O emprego da forma verbal grifada denota ação passada, anterior a outra, também passada.

Atenção: As questões de números 10 a 13 referem-se ao texto abaixo.

*Ao contrário do que se pensa, a carreira de Clarice Lispector não foi uma sucessão de facilidades. Já o seu livro de estreia, **Perto do coração selvagem**, esbarrou na incompreensão de alguns críticos e foi recusado por mais de uma editora.*

A voz nova e solitária em seguida iria encontrar obstáculos na publicação de seus outros livros. O lustre levou anos até aparecer. Clarice se encontrava no exterior e os amigos aqui no Rio tentavam encontrar um editor de boa vontade. Fernando Sabino, que costumava ser invencível nessa matéria, ainda não tinha a experiência que só depois viria a ter, e fazia as vezes de agente literário da amiga, nem sempre bem-sucedido. O nome de Clarice, prejudicado pela sua ausência, tinha aqui pequena repercussão.

Quem sabe das dificuldades que Clarice enfrentou vê com alegria o reconhecimento que seu nome alcança e sua irradiação pelo mundo. Personalíssima na dicção brasileira, a universalidade de sua obra vai ampliando o clube de seus devotos. No Canadá, Claire Varin aprendeu português para lê-la no original. E descobriu a idade da escritora, que nasceu em 1920 e não em 1925, como está dito por toda parte. Se foi Clarice que mudou a data, já não faz sentido manter o erro por simples respeito a uma faceirice momentânea.

(Adaptado de Otto Lara Resende. **Bom dia para nascer**. São Paulo: Cia. das Letras, 2011. p. 218-220)

10. *A voz nova e solitária em seguida iria encontrar obstáculos na publicação de seus outros livros.*

O tempo verbal empregado pelo autor na frase acima indica

(A) ação posterior a outra, ambas localizadas no passado.

(B) dúvida sobre a possibilidade de um fato vir a ocorrer.

(C) forma polida de indicar um desejo no presente.

(D) fato que depende de certa condição para ocorrer.

(E) ação anterior a outra ocorrida no passado.

11. Atente para as afirmações abaixo.

I. No segmento *fazia as vezes de agente literário da amiga, nem sempre bem-sucedido*, a falta do sinal de crase no trecho grifado indica que seu uso é facultativo nessa expressão.

II. Em *quem sabe das dificuldades que Clarice enfrentou vê com alegria o reconhecimento que seu nome alcança e sua irradiação pelo mundo*, o pronome grifado pode se referir tanto a Clarice como a nome.

III. Em *já não faz sentido manter o erro por simples respeito a uma faceirice momentânea*, o segmento grifado pode ser substituído, sem prejuízo para a correção e o sentido original, por **um breve ardil**.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) II e III.

(B) I e II.

(C) I e III.

(D) II.

(E) III.

12. *... vê com alegria o reconhecimento que seu nome alcança e sua irradiação pelo mundo.*

Transpondo-se a frase acima para a voz **passiva**, a forma verbal resultante será:

(A) são vistos.

(B) é visto.

(C) é vista.

(D) eram vistos.

(E) viam-se.

13. Substituindo-se o elemento grifado pelo segmento que está entre parênteses, o verbo que deverá flexionar-se no **plural** está em:

(A) *Clarice (Juntamente com o marido, Clarice) se encontrava no exterior...*

(B) *A voz nova e solitária (A voz que poucos conheciam) em seguida iria encontrar obstáculos ...*

(C) *O nome de Clarice (A ficção de autoras intimistas) [...] tinha aqui pequena repercussão.*

(D) *... como está dito por toda parte (em todos os jornais).*

(E) *Ao contrário do que se (os desavisados) pensa ...*



14. *Florença e Flandres deu-se a irradiação cultura renascentista toda a Europa.*

(Adaptado do dicionário Houaiss, verbete: irradiação)

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- (A) Por - da - à
- (B) Da - à - por
- (C) À - pela - de
- (D) De - da - para
- (E) Para - à - de

Atenção: As questões de números 15 a 19 referem-se ao texto abaixo.

Minha última consideração é sobre o negro no samba. E uma vez mais, há que bendizer os poetas. Cartola diz: "Habitada por gente simples e tão pobre, que só tem o sol que a todos cobre, como podes Mangueira cantar?"

A indagação vai além da Mangueira. Como podem os do morro fazer com que cantem os do asfalto? Amplie-se a indagação. Como puderam os negros, ao longo de séculos de tanto sofrimento, construir uma cultura poderosa, da qual somos todos herdeiros? Amplie-se a indagação para o país. Como uma história como a nossa – tão dura e, por tanto tempo, tão brutal – pôde construir uma cultura tão rica?

É nisso que temos muito a aprender com as Escolas. A começar pelo senso de disciplina e de organização que as leva a realizar, no Rio de Janeiro, o maior espetáculo de arte popular do mundo. Além da disciplina e da organização, a maior beleza das Escolas, creio, é a alegria e o orgulho de serem o que são. Alegria e orgulho que expressam nas cores que adotam e no toque das baterias que elevam o tambor ancestral a extrema sofisticação. Pelo rufar dos tambores e o som dos tamborins, o povo identifica a Escola, antes mesmo que possa vê-la.

Ninguém se surpreenda, portanto, se, ao cantar sua Escola, o poeta invocar os céus, os santos e os orixás. Se invocar a "graça divina". Se disser de sua Escola que "vista assim do alto mais parece um céu no chão". Se discorrer sobre os grandes temas da história, se cantar o nome de Joaquim José da Silva Xavier e os grandes heróis da pátria. Ninguém se surpreenda se o poeta disser que as cores da sua Escola são como o manto azul de Nossa Senhora Aparecida, abrindo a "procissão do samba".

As Escolas afirmam suas raízes e sua identidade e, ao fazê-lo, afirmam também as raízes e a identidade do Brasil. Nascidas do povo mais humilde do Brasil, as Escolas afirmam a vocação dos brasileiros, de todos os brasileiros, para a grandeza. E o fazem com a dignidade e a elegância de quem oferece ao mundo um belo exemplo de humanidade.

(Trecho do discurso de Francisco Weffort, na entrega da Ordem do Mérito Cultural, 07 de novembro de 2001. TAM. **Almanaque Brasil de Cultura Popular**. São Paulo: Andreato, fevereiro de 2002. p. 17)

15. O desenvolvimento do texto é feito a partir

- (A) da incredulidade quanto à disposição do povo brasileiro, diante de tantas dificuldades, em manter a alegria que demonstra nos desfiles das escolas de samba.
- (B) de considerações sobre a cultura brasileira e, em especial, sobre a miscigenação que caracteriza o povo brasileiro.
- (C) de uma visão poética da realidade brasileira, que se transfigura na grandiosidade mostrada pelas escolas de samba durante o carnaval.
- (D) de uma dúvida genuína e presente nas considerações apresentadas a seguir, diante da contraditória questão que surge já no início da exposição.
- (E) do desdobramento de uma citação feita pelo autor no 1º parágrafo que, por meio de uma gradação, se estende a manifestações da cultura brasileira.

16. É correto afirmar que o 4º parágrafo deve ser entendido como

- (A) exemplo da ingenuidade e de certo despreparo, em relação aos fatos históricos, daqueles que se organizam nas escolas de samba.
- (B) censura ao ecletismo religioso, habitual nas manifestações populares, que acaba misturando conceitos de forma inadequada.
- (C) enumeração de qualidades que se esperam do povo brasileiro, especialmente daquelas pessoas envolvidas com o espetáculo das escolas de samba.
- (D) exemplificação que busca sintetizar a alegria, o orgulho e a religiosidade do povo brasileiro, realçando essas qualidades.
- (E) alusão às dificuldades ainda hoje enfrentadas pelos negros, que só conseguem superá-las com o luxo oferecido pelos desfiles de carnaval.

17. Considere as definições abaixo:

- I. **senso** (estético): capacidade de apreciar a beleza pelo prazer que ela proporciona.
censo (demográfico): conjunto de dados característicos dos habitantes de uma localidade ou país.
- II. **cobre**: forma flexionada do verbo **cobrir**.
cobre: metal usado em condutores de eletricidade.
- III. **manto**: veste feminina, larga, comprida e sem mangas, usada por cima do vestido.
manto: por extensão, o que cobre, revestimento.

Constitui exemplo de **homonímia** o par que se encontra em

- (A) III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.



18. Há sentido de oposição entre os segmentos grifados em:
- (A) *Como podem os do morro fazer com que cantem os do asfalto?*
- (B) *Como uma história como a nossa – tão dura e, por tanto tempo, tão brutal – pôde construir...*
- (C) *Além da disciplina e da organização, a maior beleza das Escolas, creio, é a alegria e o orgulho de serem o que são.*
- (D) *Pelo rufar dos tambores e o som dos tamborins, o povo identifica a Escola...*
- (E) *... se cantar o nome de Joaquim José da Silva Xavier e os grandes heróis da pátria.*

19. *Nascidas do povo mais humilde do Brasil, as Escolas afirmam a vocação dos brasileiros, de todos os brasileiros, para a grandeza.*

A oração grifada acima tem sentido e, ao reescrevê-la com o emprego da conjunção adequada, a oração resultante deverá iniciar-se por

As lacunas estarão corretamente preenchidas, respectivamente, por:

- (A) final - Para que tivessem nascido
- (B) temporal - Enquanto tinham nascido
- (C) concessivo - Ainda que tenham nascido
- (D) consecutivo - Desde que tenham nascido
- (E) condicional - Caso tenham nascido

Atenção: As questões de números 20 a 25 referem-se ao texto abaixo.

Fim de linha

A invenção da máquina de escrever é atribuída ao inglês Henry Mills, em 1713. Era destinada a cegos, chegou a ser patenteada, mas jamais saiu do papel. A partir daí, a intermediação da mecânica no milenar ofício de escrever empunhando pincéis, penas, tintas, lápis, carvão e tantos outros artefatos manuais foi dando saltos. Assiste-se, agora, ao fechamento da última fábrica de máquina de escrever mecânica do mundo.

Ainda há gente, como o professor de filosofia Richard Polt, de Cincinatti, que a usa. "Frequentemente desligo o computador para escrever o primeiro esboço de algum trabalho mais sério numa máquina mecânica. É a maneira mais garantida de não cair na tentação de abrir e-mails ou ficar me distraindo na internet. O bom das máquinas antigas é que você só pode fazer uma coisa com elas: escrever."

Polt mantém um site na internet que abriga material de consolo para quem sofre de abstinência de conquistas passadas. "Máquinas de escrever manuais são para os ousados, os audaciosos, os que arriscam. Os perfeccionistas, em suma. Por quê? Uma vez que uma tecla é acionada, não há mais volta. Se você errar, só lhe restará recolher-se à sua vergonha e tentar camuflar o erro", escreveu um frequentador assíduo.

Mas ainda há linhas de montagem de máquinas de escrever elétricas e eletrônicas que continuam a pleno vapor. Sua principal clientela é cativa. Literalmente: vive atrás das grades. Proibida de usar computador, a população carcerária americana é garantia de longa vida para uma indústria tão confinada quanto seus usuários.

(Adaptado da revista **Piauí** 57, junho de 2011)

20. Informa-se, nesse texto:

- I. Por muito tempo importante na intermediação do ato de escrever, a máquina de escrever mecânica chega ao fim da linha, por razões que o autor não achou necessário esmiuçar.
- II. Os nostálgicos do tempo em que imperava a máquina de escrever mecânica não deixam de apresentar alguns argumentos objetivos em favor de seu uso, como a concentração exclusiva na tarefa de escrever.
- III. Ainda cabe – e ao que tudo indica caberá por um bom tempo – um papel relevante às máquinas de escrever elétricas ou eletrônicas, em consequência da peculiar condição dos detentos americanos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.

21. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido deste segmento do 3º parágrafo:

- (A) *abriga material de consolo* = desfeca matérias remanescentes
- (B) *abstinência de conquistas passadas* = discrição de vitórias progressas
- (C) *Os perfeccionistas, em suma* = os obstinados, por exemplo
- (D) *recolher-se à sua vergonha* = reduzir seu próprio vexame
- (E) *tentar camuflar o erro* = buscar dissimular o engano

22. Para efeito de estilo, o autor se vale de palavras ou expressões ambíguas, que possibilitam dupla leitura e servem a mais de um contexto. É o que ocorre nestes dois casos:

- (A) *Era destinada a cegos // chegou a ser patenteada*
- (B) *artefatos manuais // cair na tentação*
- (C) *mantém um site na internet // um frequentador assíduo*
- (D) *Sua principal clientela é cativa // uma indústria tão confinada*
- (E) *Mas ainda há linhas de montagem // é garantia de longa vida*



23. Máquinas de escrever manuais são para os audaciosos. Uma vez que a tecla é acionada, não há mais volta.

O trecho acima foi reconstruído de modo a não comprometer a correção e a coerência da forma original em:

- (A) Cabem aos corajosos valer-se das máquinas de escrever manuais. Tanto assim que ao se acionar a tecla, não há retorno.
- (B) Destinam-se aos corajosos as máquinas de escrever manuais. Tão logo seja batida a tecla, não há como reparar.
- (C) Máquinas de escrever à mão convêm a quem lhes persista. Sendo movida, uma tecla não volta mais.
- (D) Só os intrépidos se valem de máquinas manuais de escrever. Conquanto acionada uma tecla, não há mais saída.
- (E) Reservam-se as máquinas de escrever mecânicas a quem as ouse utilizar. Desde que acionada uma tecla, nada a contornará.

24. NÃO admite transposição para a voz passiva o que se lê em:

- I. A partir daí, a intermediação da mecânica foi dando saltos.
- II. Ainda há quem a usa.
- III. Máquinas de escrever mecânicas são para os ousados.
- IV. Sua principal clientela é cativa.

Atende corretamente ao enunciado APENAS o que está em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) II e III.

25. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **plural** para preencher adequadamente a lacuna da frase:

- (A) É grande o prazer que (**proporcionar**) ao professor valer-se de máquinas de escrever mecânicas para redigir textos mais complexos.
- (B) As tentações a que não (**costumar**) furtar-se um usuário do computador não se colocam para os que usam máquina de escrever.
- (C) Não (**competir**) aos jovens de hoje ponderar as vantagens ou as desvantagens de uma engenhoca a que nunca foram apresentados.
- (D) Será que (**haver**) de consolar um prisioneiro americano essas duvidosas vantagens do uso das máquinas de escrever?
- (E) Sobre muito poucos (**poder**) ainda exercer algum fascínio o uso das já arqueológicas máquinas de escrever mecânicas.

Atenção: As questões de números 26 a 30 referem-se ao texto abaixo.

Manuel Bandeira publicou diversos textos durante o "mês modernista", espaço aberto para o movimento no jornal carioca A Noite, em dezembro de 1925. O poeta era então assíduo frequentador do restaurante Reis, no velho centro do Rio. Eram dias de vida boêmia, e, apesar de todo o resguardo que tocava a um "físico profissional", Bandeira descia do morro do Curvelo ao sorvedouro da Lapa e vizinhanças, à vida pobre e corriqueira aos pés da Glória, onde a poesia se mesclava a um pouco de tudo. O poeta já não é o ser exclusivamente voltado para si mesmo, na busca da expressão da pura subjetividade, mas antes um sujeito que se abre ao mundo.

Uma tal atitude, cheia de consequências para a poesia brasileira, tinha enormes implicações. Implicava algo geral e, ao mesmo tempo, muito particular: uma abertura maior da vida do espírito para a realidade de um país largamente desconhecido de si mesmo e para a novidade de fatos palpáveis da existência material de todo dia, tal como afloravam chocantes no espaço modernizado das cidades.

A fratura da antiga convenção poética coincidia com a brecha do novo, por onde os fatos do dia penetravam no universo da arte, exigindo um tratamento artístico igualmente renovado.

(Adaptado de Davi Arrigucci. **Humildade, paixão e morte**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. p.92-93)

26. A *atitude* a que o autor se refere no início do 2º parágrafo é a de

- (A) desvendar os mistérios da existência por meio da poesia.
- (B) buscar matéria poética nos fatos triviais do cotidiano.
- (C) encontrar inspiração para o fazer artístico nos sentimentos pessoais.
- (D) cultivar a vida boêmia como fonte de inspiração para o fazer poético.
- (E) recorrer à criação poética para escapar das agruras do cotidiano.

27. Atente para as afirmações abaixo.

- I. *Uma tal atitude, cheia de consequências para a poesia brasileira, tinha enormes implicações.*

As vírgulas poderiam ser substituídas por travessões, sem prejuízo para a correção e a lógica.

- II. *O poeta já não é o ser exclusivamente voltado para si mesmo, na busca da expressão da pura subjetividade, mas antes um sujeito que se abre ao mundo.*

As vírgulas poderiam ser suprimidas, sem prejuízo para a correção e a lógica.

- III. *A fratura da antiga convenção poética coincidia com a brecha do novo, por onde os fatos do dia penetravam no universo da arte, exigindo um tratamento artístico igualmente renovado.*

A vírgula colocada imediatamente depois de *arte* poderia ser substituída por dois-pontos, sem prejuízo para a correção e a lógica.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) I.
- (E) III.



28. O restaurante Reis, o poeta era assíduo frequentador, ficava no velho centro do Rio.

Preenche corretamente a lacuna da frase acima:

- (A) o qual.
- (B) no qual.
- (C) de que.
- (D) de cujo.
- (E) em que.

29. ... e, apesar de todo o resguardo que tocava a um "físico profissional"...

Mantendo-se a correção e a lógica, o verbo grifado acima pode ser substituído por:

- (A) competia.
- (B) encarregava.
- (C) atingia.
- (D) impelia.
- (E) fustigava.

30. Em épocas passadas, alguns poetas se atrelados a convenções literárias tão rígidas que, em alguns casos, os de encontrar uma voz original e única.

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- (A) mantém - impedirão
- (B) manteram - impediam
- (C) mantiveram - impediram
- (D) manteriam - impedira
- (E) mantinham - impedia

Informática

31. Analise o seguinte exemplo de planilha eletrônica do editor de planilhas Calc do pacote *BR Office*.

	A	B	C
1	1	2	3
2	1	2	3
3	2	4	6

A fórmula necessária para efetuar a soma das células B3 e C1, somando apenas os números que sejam positivos nestas células é:

- (A) =ADDIF(B3:C1,(C1 + B3) % 2 == 0,B1+C3)
- (B) =SUM(IF(ISEVEN(B3),B3,0),IF(ISEVEN(C1),C1,0))
- (C) =SUMIF(ISEVEN(B3,B3,0),ISEVEN(C1,C1,0))
- (D) =ADDIF(B3,C1;EVEN(B3) && EVEN(C1))
- (E) =SUM(EVEN(B3,0),EVEN(C1,0))

32. Sobre o navegador *Internet Explorer 8*, considere:

- I. É possível a utilização de múltiplas abas para serem utilizadas como páginas iniciais (*Home Pages*).
- II. A opção de navegação *InCognito* permite que seja efetuada uma navegação de forma mais segura, pois após sua finalização nenhuma informação do usuário é armazenada no computador.
- III. A opção de navegação no modo de compatibilidade permite que *scripts* feitos em linguagens como *VBScript* e *Perl* possam ser executadas da mesma forma que *scripts* feitos em *JavaScript*.

Está correto o que consta em

- (A) III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, apenas.

33. No *Internet Explorer 8*, uma das opções de acessibilidade presente no menu Editar (ou pelo atalho com a tecla F7), permite que sejam utilizadas para a seleção de textos e movimentação pela página web as teclas de navegação padrão do teclado (*Home*, *End*, *Page Up* e *Page Down*) e também as teclas de seta. Esse recurso é chamado de

- (A) Modo de Seleção.
- (B) Modo de Acessibilidade.
- (C) Teclas de Aderência.
- (D) Teclas de Rolagem.
- (E) Navegação por Cursor.

34. No *Microsoft Outlook 2010*, quando um *e-mail* recebido é aberto para visualização por meio do menu Arquivo, é possível acessar as propriedades deste *e-mail*, onde é possível editar e visualizar algumas informações especiais sobre este *e-mail*, como informações detalhadas sobre o conteúdo técnico da mensagem, contendo informações como *Return-Path* e *Received*. O nome dado a estas informações especiais na tela de propriedades é

- (A) Conteúdo Bruto.
- (B) Cabeçalhos de Internet.
- (C) Conteúdo Técnico.
- (D) Mensagem Original.
- (E) Codificação da Mensagem.

35. *Cookies* são pequenas informações armazenadas no computador e são muito utilizados para rastrear e manter as preferências de um usuário. Estas preferências podem ser compartilhadas, afetando assim a privacidade de um usuário. Existem maneiras de se desabilitar o armazenamento deste arquivo, como

- (A) não utilizar o sistema com senha de administrador.
- (B) criar regras no roteador para que estes arquivos sejam bloqueados.
- (C) utilizar uma opção do navegador para bloquear seu recebimento.
- (D) utilizar conexões seguras, pela utilização de HTTPS.
- (E) efetuar checagem de vírus periodicamente.

**GRUPO II****Direito da Criança, do Adolescente e do Idoso**

36. Segundo o que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente há necessidade de autorização judicial para viajar se
- (A) a criança estiver acompanhada de um tio e se o destino da viagem for outro estado da federação.
 - (B) o adolescente viajar de avião e estiver desacompanhado de adulto autorizado pelos pais.
 - (C) uma criança de até dois anos de idade viajar para outro município e não estiver na companhia do pai e da mãe.
 - (D) o adolescente viajar na companhia da mãe para outro país sem que o pai tenha fornecido autorização por escrito.
 - (E) a criança estiver na companhia do pai, mas quem detém sua guarda judicial é a mãe e ela não forneceu autorização escrita para a viagem.

37. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente cabe
- (A) ao Conselho Tutelar designar curador especial para atuar em favor de criança e adolescente em procedimentos extrajudiciais.
 - (B) ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente disciplinar a entrada de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em estádio, ginásio e campo desportivo.
 - (C) ao Ministério Público autorizar, mediante alvará, a participação de crianças e adolescentes em espetáculos públicos.
 - (D) à Defensoria Pública promover representações para apuração de ato infracional atribuído a criança e adolescente.
 - (E) ao Judiciário aplicar penalidade administrativa nos casos de infrações às normas de proteção à criança e ao adolescente.

38. O acolhimento institucional, segundo dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente,
- (A) é medida aplicável como forma de evitar a adoção internacional.
 - (B) é medida provisória e excepcional que não implica privação de liberdade.
 - (C) tem prazo máximo de duração de três anos, ao fim do qual o acolhido pode ser encaminhado para liberdade assistida ou semiliberdade.
 - (D) deve observar rigorosa separação dos acolhidos por critérios de gênero, idade e motivo de acolhimento.
 - (E) é o serviço de recepção, triagem e encaminhamento das situações de violação de direito da criança e do adolescente.

39. Segundo prevê o Estatuto do Idoso, é obrigação da entidade de atendimento ao idoso
- (A) comunicar ao juiz as situações de abandono moral ou material por parte dos familiares.
 - (B) celebrar contrato escrito ou verbal de prestação de serviço com o idoso.
 - (C) elaborar e remeter ao Ministério Público plano individual de atendimento para cada caso com vistas à reintegração familiar.
 - (D) administrar os rendimentos financeiros de seus usuários.
 - (E) proporcionar cuidados à saúde, conforme a necessidade do idoso.

40. De acordo com o Estatuto do Idoso, é assegurado a todo idoso, benefício mensal

- (A) de meio salário mínimo, desde que tenha pelo menos sessenta anos e não possua meios para prover sua subsistência.
- (B) de um salário mínimo, desde que tenha pelo menos sessenta e cinco anos e não possua meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família.
- (C) entre um e dois salários mínimos, desde que tenha no mínimo setenta anos e comprove sua incapacidade para o trabalho.
- (D) de setenta e cinco por cento de um salário mínimo, desde que tenha no mínimo sessenta anos e não exerça qualquer tipo de atividade remunerada.
- (E) de um salário mínimo, desde que tenha pelo menos setenta anos e tenha recolhido, por no mínimo cinco anos, contribuição previdenciária.

Direito Administrativo

41. Em relação aos entes que integram a Administração Indireta, a sociedade de economia mista e a empresa pública

- (A) somente podem ser criadas por lei, salvo as subsidiárias, que dispensam autorização legislativa para sua criação.
- (B) sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, o que afasta a incidência das normas constitucionais dirigidas à Administração Pública.
- (C) sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, mas sua criação deve ser autorizada por lei.
- (D) sujeitam-se ao regime jurídico de direito público quando os fins definidos na lei instituidora abrangem a prestação de serviço público.
- (E) sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, mas são instituídas, formalmente, por lei, o que afasta o depósito de seus atos constitutivos no Registro Público.

42. A norma constitucional que exige a realização de concurso público para ingresso de servidores na Administração Pública NÃO atinge

- (A) os ocupantes de emprego público, desde que se trate de nível médio de formação.
- (B) os cargos e funções públicas, desde que a natureza da atividade seja de baixa complexidade.
- (C) os cargos em comissão de livre nomeação e exoneração.
- (D) os cargos ocupados por temporários, desde que de livre nomeação.
- (E) as Funções de confiança existentes para quaisquer atribuições, ainda que por prazo indeterminado.



43. O ato discricionário

- (A) é aquele editado pela Administração Pública quando inexistente lei disciplinando a matéria.
- (B) pode ser praticado por qualquer autoridade da esfera da federação competente, quando não houver expressa restrição da legislação.
- (C) é aquele que apresenta todos os elementos e características previamente definidos na lei.
- (D) pode ser fiscalizado pelos administrados e pelo Judiciário, desde que autorizado pela lei que disciplinou sua edição.
- (E) é aquele que envolve a opção legítima feita pelo administrador, nos limites em que ela é assegurada pela lei.

44. Em regular processo administrativo instaurado por provocação do interessado para o reconhecimento e deferimento de determinado direito, cabe ao interessado

- (A) a prova dos fatos que alegar, ainda que possa exigir da Administração que junte aos autos documentos que estejam em órgãos públicos de sua esfera e que comprovem as informações feitas por aquele.
- (B) apenas a alegação dos fatos, cabendo à Administração a desconstituição dos mesmos, em razão da inversão do ônus da prova.
- (C) escusar-se de apresentar outros documentos além dos juntados ao requerimento oficial, sem que isso possa fundamentar decisão contrária da Administração.
- (D) apresentar as provas que possuir para demonstração de seu direito, ainda que tenham sido obtidas por meios ilícitos, dado que o processo administrativo não se submete à mesma formalidade do processo judicial.
- (E) exigir a realização de audiência pública para debater o objeto do processo, ainda que a autoridade não tenha declarado a relevância necessária para tanto.

45. O princípio da supremacia do interesse público

- (A) informa toda a atuação da Administração Pública e se sobrepõe a todos os demais princípios e a todo e qualquer interesse individual.
- (B) está presente na elaboração da lei e no exercício da função administrativa, esta que sempre deve visar ao interesse público.
- (C) informa toda a atuação da Administração Pública, recomendando, ainda que excepcionalmente, o descumprimento de norma legal, desde que se comprove que o interesse público restará melhor atendido.
- (D) traduz-se no poder da Administração Pública de se sobrepor discricionariamente sobre os interesses individuais, dispensando a adoção de formalidades legalmente previstas.
- (E) está presente na atuação da Administração Pública e se consubstancia na presunção de veracidade dos atos praticados pelo Poder Público.

Direito Constitucional

46. Um grupo de indivíduos pretende reunir-se em praça pública, com vistas a lançar o Movimento Pró-Idoso Carioca e criar uma associação de defesa dos interesses e direitos dos idosos do Rio de Janeiro. Promovem, para tanto, ampla divulgação do evento pelos meios de comunicação de massa, de forma a congregar grande número de pessoas e atrair atenção para sua causa.

Nessa hipótese, considerada a disciplina constitucional dos direitos e garantias fundamentais, os interessados

- (A) poderão realizar o evento pretendido, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente, estando ainda legitimados a criar a associação, independentemente de autorização.
- (B) dependerão de autorização prévia da autoridade competente para realização do evento, por se tratar de local aberto ao público, bem como para criação da associação, que possui finalidade de interesse público.
- (C) não poderão realizar o evento no local pretendido, por se tratar de espaço aberto ao público, mas estarão legitimados a criar a associação, independentemente de autorização.
- (D) poderão realizar o evento, desde que o transfiram para local que não seja público, e estarão legitimados a criar a associação, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente, em ambos os casos.
- (E) dependerão de autorização prévia da autoridade competente para realização do evento, por se tratar de local aberto ao público, mas poderão criar a associação, independentemente de autorização.

47. Na hipótese de um Estado-membro da Federação deixar de aplicar o mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida e proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, prevê a Constituição da República que

- (A) a União poderá intervir no Estado, sendo o decreto de intervenção submetido à apreciação do Congresso Nacional, no prazo de vinte e quatro horas.
- (B) a União poderá decretar intervenção federal no Estado, para reorganizar as finanças do ente da federação, mediante requisição do Supremo Tribunal Federal.
- (C) o Estado ficará sujeito à intervenção federal, cuja decretação dependerá de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República.
- (D) a União poderá intervir no Estado, mediante solicitação do Poder Legislativo estadual, a fim de garantir o livre exercício dos poderes na unidade da Federação.
- (E) o Tribunal de Justiça deverá dar provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição estadual.



48. Servidora pública titular de cargo efetivo na administração direta estadual, com sessenta e dois anos de idade, vinte anos de efetivo exercício no serviço público, sendo os dez últimos no mesmo cargo, e vinte anos de contribuição, pretende aposentar-se voluntariamente.

Nessa situação, de acordo com as regras da Constituição da República aplicáveis à matéria, a servidora

- (A) não preenche os requisitos de idade e tempo de contribuição para aposentadoria voluntária.
- (B) não possui tempo mínimo de efetivo exercício no serviço público, requerido para aposentadoria voluntária.
- (C) não possui tempo mínimo de exercício efetivo no cargo em que se dará a aposentadoria, requerido para aposentadoria voluntária.
- (D) preenche os requisitos necessários à aposentadoria voluntária com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- (E) preenche os requisitos necessários à aposentadoria voluntária com proventos integrais, desde que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

49. *“O Poder Judiciário tem por característica central a estática ou o não-agir por impulso próprio (ne procedat iudex ex officio). Age por provocação das partes, do que decorre ser próprio do Direito Positivo este ponto de fragilidade: quem diz o que seja ‘de Direito’ não o diz senão a partir de impulso externo. Não é isso o que se dá com o Ministério Público. Este age de ofício e assim confere ao Direito um elemento de dinamismo compensador daquele primeiro ponto jurisdicional de fragilidade.”*

(HC 97.969, Rel. Min. Ayres Britto, Segunda Turma, publ. DJE de 23-5-2011).

Uma das funções institucionais atribuídas pela Constituição da República ao Ministério Público que evidencia a característica acima apontada consiste em

- (A) exercer o controle externo da atividade policial, na forma de lei complementar federal, de iniciativa privativa do Procurador-Geral da República.
- (B) elaborar sua própria proposta orçamentária, dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- (C) zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia.
- (D) propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira.
- (E) exercer funções que forem compatíveis com sua finalidade de defesa da ordem jurídica e do regime democrático, tais como a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas, quando necessárias.

50. Considerando que o efetivo militar do Estado que governa é de vinte e cinco mil integrantes, o Governador do Estado propõe à Assembleia Legislativa a criação de uma Justiça Militar estadual, a ser constituída, em primeiro grau, pelos juízes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, por um Tribunal de Justiça Militar próprio. A lei estadual é, assim, aprovada, estabelecendo, entre outras, competência da Justiça Militar estadual para processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei, e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil.

Nesse caso, diante da disciplina da matéria na Constituição da República, é correto afirmar que

- (A) o Estado não poderia ter criado uma Justiça Militar estadual, por expressa vedação constitucional.
- (B) o Governador do Estado não poderia propor a criação de uma Justiça Militar estadual, pois cabe ao Tribunal de Justiça fazer proposta dessa natureza.
- (C) o Estado em questão não poderia ter uma Justiça Militar estadual, por não possuir o efetivo mínimo de integrantes necessário para tanto.
- (D) a Justiça Militar estadual não poderia, em segundo grau, ser atribuída a um Tribunal de Justiça Militar próprio, cabendo essa função ao Tribunal de Justiça estadual.
- (E) a lei estadual não poderia ter previsto a competência do júri para os casos em que a vítima for civil, por se tratar de matéria afeta à competência da Justiça Militar estadual, por expressa previsão constitucional.

Direito Processual Civil

51. Em face da capacidade processual,
- (A) se não forem concedidas, a autorização do marido e a outorga da mulher não podem ser supridas de nenhum modo.
 - (B) o cônjuge necessita do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos pessoais.
 - (C) verificadas a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes, o juiz suspenderá o processo e marcará prazo razoável para ser sanado o defeito.
 - (D) toda e qualquer pessoa tem capacidade para estar em juízo.
 - (E) a representação em juízo, ativa e passiva, da massa falida, do condomínio, do espólio e da herança jacente ou vacante se dá pela figura do síndico.
52. Em relação à competência, é correto afirmar que
- (A) a ação em que o incapaz for réu se processará no foro do domicílio de seu representante.
 - (B) a ação em que se pedem alimentos deve ser proposta no foro do alimentante.
 - (C) se houver dois ou mais réus, com domicílios diferentes, a demanda será proposta no foro do réu de maior idade.
 - (D) nas ações de reparação de dano sofrido por acidente de veículos, será competente o foro do domicílio do réu, com exclusão de qualquer outro.
 - (E) em qualquer processo, se o juiz considerar-se absolutamente incompetente, deverá extingui-lo, de ofício ou após provocação da parte.



53. O juiz, no processo civil,

- (A) aprecia a prova de acordo com uma determinada hierarquia legal, sendo a confissão a mais importante, e a prova testemunhal a menos importante.
- (B) decidirá o processo nos limites do pedido formulado, sendo-lhe proibido conhecer de questões não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte.
- (C) não pode determinar ele próprio as provas que entender necessárias, pois depende sempre do pedido expresso da parte nesse sentido.
- (D) se tiver sua sentença reformada, poderá responder por perdas e danos, independente de dolo ou fraude.
- (E) não é obrigado a julgar o processo se não existirem normas legais para o caso concreto que está sendo examinado.

54. São efeitos de direito material da citação:

- (A) interromper a prescrição e colocar o devedor em mora.
- (B) induzir litispendência e tornar prevento o juízo.
- (C) fazer litigiosa a coisa e interromper a prescrição.
- (D) induzir litispendência e interromper a prescrição.
- (E) tornar prevento o juízo e colocar o devedor em mora.

55. São meios de prova:

- (A) somente aqueles que o juiz admitir em cada caso concreto.
- (B) apenas os meios especificados em lei.
- (C) somente as perícias, testemunhos e documentos.
- (D) todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, mesmo que não especificados em lei.
- (E) tudo que se obtiver, lícita ou ilícitamente, desde que seja juntado ao processo judicial.

Direito Processual Penal

56. Em relação ao inquérito policial, é correto afirmar que

- (A) a autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito.
- (B) o ofendido poderá requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.
- (C) poderá ser iniciado, por requerimento do Ministério Público, nos crimes de ação penal privada.
- (D) deverá ser encerrado em cinco dias, estando o indiciado preso.
- (E) não pode ser iniciado de ofício, mesmo nos crimes de ação penal pública incondicionada.

57. Em relação à competência, é correto afirmar que

- (A) será, de regra, determinada pelo domicílio ou residência do réu.
- (B) não sendo conhecido o domicílio ou residência do réu, a competência será do lugar da infração.
- (C) será determinada pela conexão no caso de infrações cometidas em concurso formal.
- (D) no concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência do outro órgão da jurisdição comum.
- (E) a conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, salvo no concurso entre a jurisdição comum e a do juízo da infância e da juventude.



58. No procedimento comum sumário a defesa poderá arrolar até

- (A) três testemunhas.
- (B) seis testemunhas.
- (C) quatro testemunhas.
- (D) cinco testemunhas.
- (E) oito testemunhas.

59. Em relação ao desaforamento, é correto afirmar que

- (A) não poderá ser determinado por representação do próprio juiz competente.
- (B) poderá ser requerido pelo assistente de acusação, mas não pelo querelante.
- (C) não poderá ser determinado em razão do excesso de serviço.
- (D) poderá ser determinado quando houver dúvida sobre a segurança pessoal do acusado.
- (E) não poderá ser determinado em razão da existência de interesse de ordem pública.

60. Em relação ao juizado especial, é INCORRETO afirmar:

- (A) Os atos processuais poderão ser realizados em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.
- (B) Serão objeto de registro escrito exclusivamente os atos havidos por essenciais.
- (C) A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio hábil de comunicação.
- (D) A intimação à firma individual, se necessário, poderá ser feita por oficial de justiça, independentemente de mandado.
- (E) A intimação será feita por correspondência, sem necessidade de aviso de recebimento pessoal.

GRUPO III

Legislação

Atenção: As questões de números 61 a 64 referem-se a Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

61. Benedito, Escrivão da 5ª Vara Cível do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, verifica que determinada causa, que versa sobre direitos difusos, encontra-se paralisada por 35 dias em decorrência da contumácia da parte. Neste caso, Benedito

- (A) certificará a paralisação nos autos, abrirá conclusão em 72 horas e, após a conclusão, dará vista ao Ministério Público.
- (B) dará vista dos autos ao Ministério Público antes de abrir conclusão.
- (C) remeterá o processo ao arquivo definitivo, independentemente de prévia autorização do Corregedor-Geral da Justiça.
- (D) notificará as partes, independentemente de despacho judicial, para que seja dado andamento ao feito em 48 horas.
- (E) remeterá o processo ao arquivo definitivo, desde que autorizado pelo Corregedor-Geral da Justiça.

62. Jair, juiz da 4ª Vara Cível do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, determinou a remessa de autos judiciais antigos e findos, aptos a serem arquivados, ao contador judicial para o cálculo das custas judiciais, tendo em vista a complexidade de tais cálculos. Jair

- (A) não agiu corretamente, pois é possível a remessa dos autos judiciais ao contador judicial na hipótese de cálculos complexos apenas quando se tratar de processos novos e em andamento.
- (B) não agiu corretamente, pois é vedada a remessa dos autos judiciais ao contador judicial para o exclusivo cálculo das custas judiciais e taxa judiciária.
- (C) agiu corretamente, pois é obrigatória a remessa dos autos judiciais ao contador judicial por determinação do juiz, independentemente da complexidade dos cálculos.
- (D) agiu corretamente, pois é possível a remessa dos autos judiciais ao contador judicial na hipótese de cálculos complexos nos processos antigos e findos, aptos para serem arquivados, independentemente de certidão da serventia, atestando a ausência de conhecimentos específicos para fazê-los.
- (E) agiu corretamente, pois é possível a remessa dos autos judiciais ao contador judicial na hipótese de cálculos complexos nos processos antigos e findos, aptos para serem arquivados, mediante certidão da serventia, atestando a ausência de conhecimentos específicos para fazê-los.



63. Lucas, devidamente credenciado pela Corregedoria, foi designado como Orientador Voluntário pelo Juiz, por meio de Portaria, especificamente para participar dos programas de atendimento aos adolescentes em cumprimento de medida de liberdade assistida. O Juízo de Direito com competência na matéria de Infância e Juventude poderá, excepcionalmente, contar com Lucas pelo período de
- (A) 12 meses, sem ônus para os cofres públicos, mediante autorização do Corregedor-Geral da Justiça, podendo ser dispensado, *ad nutum*, tanto pelo Juízo a que estiver subordinado como pelo Corregedor-Geral da Justiça.
 - (B) 24 meses, sem ônus para os cofres públicos, mediante autorização do Corregedor-Geral da Justiça, podendo ser dispensado, *ad nutum*, tanto pelo Juízo a que estiver subordinado como pelo Corregedor-Geral da Justiça.
 - (C) 12 meses, sem ônus para os cofres públicos, independentemente de autorização do Corregedor-Geral da Justiça, podendo ser dispensado, *ad nutum*, apenas pelo Juízo a que estiver subordinado.
 - (D) 24 meses, sem ônus para os cofres públicos, independentemente de autorização do Corregedor-Geral da Justiça, podendo ser dispensado, *ad nutum*, apenas pelo Corregedor-Geral da Justiça.
 - (E) 12 meses, sem ônus para os cofres públicos, mediante autorização do Corregedor-Geral da Justiça, não podendo ser dispensado até que esse período se encerre.

64. Carla, advogada, ao notar que há mais de 06 meses não recebia intimações sobre a Ação que propôs em nome de seu cliente Adriano, protocolou petição requerendo o prosseguimento do feito ao juiz da 3ª Vara Cível do Foro Central do Rio de Janeiro, Vara perante a qual o processo corria. Ocorre que, Carla não tinha conhecimento de que o referido processo havia sido arquivado. Dessa maneira, a petição protocolada
- (A) será juntada ao processo se o Escrivão responsável pelo Expediente informar a situação ao Juiz em exercício na Serventia e este autorizar o desarquivamento com a posterior juntada.
 - (B) será considerada de juntada impossível por não conter pedido de desarquivamento.
 - (C) será juntada ao processo, pois o desarquivamento dos autos se dará automaticamente, independentemente de eventual pedido.
 - (D) será considerada de juntada impossível se, notificada pelo Escrivão, Carla não requerer o desarquivamento em 48 horas.
 - (E) será considerada de juntada impossível se, intimada pelo juiz, Carla não requerer o desarquivamento em 5 dias.

Atenção: As questões de números 65 a 67 referem-se ao Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro.

65. Bruno foi eleito Corregedor-Geral da Justiça do Tribunal. Após um ano de exercício efetivo do cargo, Bruno faleceu em razão de um acidente aéreo. Neste caso, proceder-se-á, dentro de
- (A) dez dias, à eleição do sucessor para o tempo restante à complementação do biênio.
 - (B) trinta dias, à eleição do sucessor para o tempo restante à complementação do biênio.
 - (C) dez dias, à eleição do sucessor para exercício por um novo biênio, iniciando-se o período na data da posse.
 - (D) trinta dias, à eleição do sucessor para exercício por um novo biênio, iniciando-se o período na data da posse.
 - (E) sessenta dias, à eleição do sucessor para exercício por um novo biênio, iniciando-se o período na data da posse.

66. Ubirajara, irmão de Ulisses, juiz de direito, faleceu de insuficiência cardíaca. Ulisses
- (A) poderá afastar-se do seu cargo, por até cinco dias, desde que tal afastamento seja autorizado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.
 - (B) não poderá afastar-se de seu cargo, pois o afastamento, pelo prazo de dois dias, é possível apenas nos casos de falecimento de descendente, ascendente ou cônjuge.
 - (C) poderá afastar-se de seu cargo pelo prazo de dez dias, tendo em vista o falecimento de seu irmão.
 - (D) poderá afastar-se de seu cargo pelo prazo de oito dias, tendo em vista o falecimento de seu irmão.
 - (E) não poderá afastar-se de seu cargo, tendo em vista a importância de sua presença para a população, pois o interesse coletivo deve prevalecer sobre o particular.



67. Fábio, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro há 20 anos, completará 70 anos de idade dentro de uma semana. Anteriormente à carreira de juiz, exerceu a função de analista judiciário no mesmo Tribunal durante 06 anos. Fábio
- (A) não será aposentado compulsoriamente, pois não há limite máximo de idade para o exercício do cargo de magistrado.
 - (B) não será aposentado compulsoriamente, pois apenas quando completados 75 anos de idade é que o magistrado fica automaticamente afastado do cargo.
 - (C) será aposentado compulsoriamente, pois completados os 70 anos de idade o magistrado fica automaticamente afastado do cargo.
 - (D) será aposentado compulsoriamente, pois cumpriu mais de 25 anos de serviço público.
 - (E) não será aposentado compulsoriamente, pois não possui mais de 30 anos de serviço público.
-
68. Robson, desembargador, deseja nomear Fabiano, funcionário público aposentado há 10 anos, para exercer função gratificada em seu gabinete. De acordo com a Lei nº 4.626/05, Fabiano
- (A) não poderá exercer a função gratificada, pois para o seu exercício a aposentadoria deveria ter sido concedida, no máximo, 05 anos antes da nomeação.
 - (B) poderá exercer a função gratificada, pois foi investido de função pública antes da concessão de sua aposentadoria.
 - (C) não poderá exercer a função gratificada, pois para o seu exercício a aposentadoria deveria ter sido concedida, no máximo, 02 anos antes da nomeação.
 - (D) poderá exercer a função gratificada, desde que o Conselho da Magistratura aprove a nomeação.
 - (E) não poderá exercer a função gratificada, pois ela é privativa de serventuário ativo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.
-
69. Maria, habilitada em concurso público nas provas e no exame de sanidade físico-mental, foi designada para o estágio experimental mediante ato de Secretário de Estado. Considerando o Decreto nº 2.479/79, Maria
- (A) perceberá, em razão do estágio experimental, retribuição correspondente a 80% do vencimento do cargo, assegurada a diferença se nomeada afinal.
 - (B) perceberá, em razão do estágio experimental, o vencimento integral do cargo.
 - (C) não perceberá vencimento, tampouco retribuição, pois o exercício do cargo de estagiária é incompatível com o recebimento de qualquer tipo de remuneração.
 - (D) perceberá os vencimentos do período do estágio experimental, de forma retroativa, somente se nele for aprovada, após a nomeação.
 - (E) perceberá, em razão do estágio experimental, retribuição correspondente a 80% do vencimento do cargo, não fazendo jus ao pagamento da diferença se nomeada afinal.
-
70. Marcela, Analista Judiciária que desempenha função de serventia de primeira instância como titular, afastou-se por 40 dias em decorrência de licença médica a ela concedida por motivo de grave doença. De acordo com a Lei nº 4.620/05, Marcela
- (A) deixará de receber a gratificação de titularidade, pois quando o afastamento for superior ao período de trinta dias, somente terá direito a tal percebimento os casos relativos à licença maternidade.
 - (B) deixará de receber a gratificação de titularidade, pois o período de afastamento é superior a trinta dias.
 - (C) não deixará de receber a gratificação de titularidade, pois seu afastamento por período superior a trinta dias se deu por licença médica.
 - (D) não deixará de receber a gratificação de titularidade, pois os titulares do cargo mencionado não deixarão de recebê-la em todos os casos cujo afastamento se der pelo período de até 60 dias.
 - (E) deixará de receber a gratificação de titularidade integral, mas poderá receber 80% do seu valor se, mediante requerimento, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro autorizar o referido pagamento.

**DISCURSIVA – ESTUDO DE CASO****QUESTÃO 1**

Dona Eugênia (68 anos), mãe de empresário bem-sucedido financeiramente e conhecido em cidade do interior do Rio de Janeiro, foi internada, à revelia, em asilo, já havia mais de um ano, uma vez que seu filho alegou que ela precisava de “cuidados especiais”.

Não satisfeita com a situação, ela enviou uma carta-denúncia ao Conselho Municipal do Idoso alegando que a instituição só permitia visitas mensais dos familiares e que, de cuidados especiais, ela só sabia que “roncava” alto, à noite, e levantava várias vezes para ir ao banheiro, também à noite. Representante do Conselho visitando a família e a instituição constatou que a mesma não necessitava de cuidados especiais.

Em termos legais, qual ação deve ser tomada pelo Conselho Municipal do Idoso? Justifique.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

**QUESTÃO 2**

Fábio, um adolescente empregado, aprendiz, aluno de escola técnica foi convocado pela empresa que trabalha, há 6 meses, para cumprir sua jornada de trabalho em turnos de 10 (dez) dias nos quatro meses seguintes, distribuídos da seguinte forma: do 1º ao 10º dia do mês, no horário das 6h00 às 14h00; do 11º ao 20º dia, das 14h00 às 22h00 e do 21º ao 30º dia, das 22h00 às 6h00.

Em termos legais, qual ou quais as improcedências existentes nesta situação? Justifique.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	